

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOAO AMORIM" – ORGANIZAÇÃO SOCIAL M'BOI MIRIM - MSP

CNPJ: 66.518.267/0002-64

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)			
Ativo	Notas	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	25.511.532,63	44.007.374,48
Adiantamentos a Fornecedores		1.924,35	1.068,80
Adiantamentos a Empregados	5	3.701.497,65	4.899.268,72
Adiantamentos para Despesas		15.272,90	11.974,79
Impostos Recuperáveis		11.521,51	299.657,69
Créditos de Contratos de Gestão e Convênios	6	73.426.756,69	126.470.639,09
Outros Créditos		105.374,46	62.080,20
Reservas para Contingências	7	28.091.729,09	25.913.386,92
Despesas Antecipadas		231.891,89	145.617,65
		131.097.501,17	201.811.068,34
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	8	10.955.370,15	11.038.620,95
Intangível	9	40.693,15	59.751,61
		10.996.063,30	11.098.372,56
Total do Ativo		142.093.564,47	212.909.440,90

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)			
	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.897.571,03	43.621.662,06	72.515.004,81
Incorporação do Superávit/Déficit	43.621.662,06	(43.621.662,06)	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	-	(4.228,28)	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(4.228,28)
Superávit/Déficit do Exercício	-	(6.069.971,92)	(6.069.971,92)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.515.004,81	(6.069.971,92)	66.441.123,04
Incorporação do Superávit/Déficit	(6.069.971,92)	6.069.971,92	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	-	(3.909,85)	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(3.909,85)
Superávit/Déficit do Exercício	-	(25.173.355,30)	(25.173.355,30)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.441.123,04	(25.173.355,30)	41.267.767,74

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000639/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertogiá, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Perulibe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Prouença de Gouvêa. O CEJAM mantém junto à Prefeitura do Município de São Paulo o contrato de gestão e convênios abaixo descritos: • **Contrato de Gestão nº 003/2007:** visando o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no Programa de Retaguarda Hospitalar - PROREHOSP, que vem sendo prorrogado através de termos aditivos; • **Contrato de Gestão nº R 006/2015:** visando o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial do distrito administrativo Jardim Ângela da Supervisão Técnica de Saúde M'Boi Mirim e do distrito administrativo Capão Redondo da Supervisão Técnica de Saúde Campo Limpo, com prazo de vigência de 60 meses; • **Convênio nº 002/2011:** visando a implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral à assistência materno infantil do Programa Parto Seguro à Mãe Paulista no município de São Paulo, que vem sendo prorrogado através de termos aditivos. Com isto vem desenvolvendo ações e serviços de saúde na Organização Social São Paulo. Visando a segregação das atividades que até o exercício de 2021 vinham sendo prestadas e registradas de forma consolidada no CNPJ nº 66.518.267/0002-64, a partir do exercício de 2022, o Programa Parto Seguro à Mãe Paulista foi constituído como filial através do CNPJ nº 66.518.267/0031-07 e o Programa de Retaguarda Hospitalar - PROREHOSP foi constituído como filial através do CNPJ nº 66.518.267/0032-80, passando a ter suas informações financeiras reconhecidas de forma segregada de outros contratos que o CEJAM mantém com a Prefeitura do Município de São Paulo. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** 2.a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021. **3.b) Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)			
	Notas	2022	2021
Receitas Líquidas			
Contratos de Gestão e Convênios	14	563.165.270,18	804.607.254,96
Realização de Bens Públicos em nosso poder	15	564.072.769,30	806.222.721,38
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(2.166.638,47)	(3.025.239,72)
Custos		(565.961.402,16)	(800.841.352,44)
Pessoal e Reflexo	17	(468.271.987,30)	(634.010.472,59)
Serviços Terceirizados	18	(87.940.775,70)	(153.722.144,21)
Medicamentos e Materiais de Consumo	19	(9.748.639,16)	(13.108.735,64)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	24	(108.432.532,70)	(142.054.701,58)
(-) Isenção da CPP Usufruída	24	(108.432.532,70)	(142.054.701,58)
(=) Resultado Bruto		(2.736.131,98)	3.765.902,52
Despesas		(27.232.736,43)	(15.278.656,31)
Impostos, Taxas e Contribuições	20	(129.418,34)	(364.506,28)
Despesas Gerais	20	(27.103.318,09)	(14.914.150,03)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		87.885,74	80.526,53
Receitas com Doação		7.099,17	4.749,32
Outras Receitas		80.786,57	75.777,21
(=) Resultado Antes das Rec/Disp Financeiras		(29.940.982,67)	(11.432.227,26)
Resultado Financeiro	16	4.767.627,37	5.362.255,34
Receitas Financeiras		4.913.418,65	5.478.883,92
(-) Despesas Financeiras		(145.791,28)	(116.628,58)
Déficit/ Superávit do Exercício	26	(25.173.355,30)	(6.069.971,92)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)			
	2022	2021	
Atividades Operacionais			
Superávit / (Déficit) do Exercício (Aumento) Redução do Ativo	(25.173.355,30)	(6.069.971,92)	
Adiantamentos a Fornecedores	(855,55)	(1.068,80)	
Adiantamentos a Empregados	1.197.771,10	(1.024.979,93)	
Adiantamentos para Despesas	(3.298,11)	(1.509,42)	
Impostos Recuperáveis	288.136,18	(296.438,09)	
Créditos com Convênios	53.043.882,40	(70.178.059,79)	
Outros Créditos	(2.221.636,43)	(1.121.613,71)	
Despesas Antecipadas	(86.274,24)	(53.824,48)	
Realizável a Longo Prazo	-	62.080,20	
Aumento (Redução) do Passivo			
Fornecedores	(5.480.573,17)	9.378.448,68	
Obrigações Trabalhistas	(11.260.581,31)	8.656.156,71	
Obrigações Sociais e Fiscais	(352.185,26)	(862.943,13)	
Provisões para Férias e Encargos	(24.023.741,73)	26.620.179,30	
Outras Obrigações	(1.664.913,73)	(26.987,40)	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(15.737.625,18)	(34.920.531,78)	
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(3.030.730,87)	(3.030.730,87)	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(3.030.730,87)	(3.030.730,87)	
Atividades de Financiamento			
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	3.030.730,87	3.030.730,87	
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(2.758.216,67)	(3.909,85)	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	272.514,20	3.026.821,02	
Varição Líquida nas Disponibilidades	(18.495.841,85)	(34.924.441,63)	
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Disponibilidades no Início do Exercício	40.077.374,48	78.931.816,11	
Disponibilidades no Final do Exercício	25.511.532,63	44.007.374,48	
Varição Líquida nas Disponibilidades	(18.495.841,85)	(34.924.441,63)	

RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS			
	2022	2021	
Banco Santander (Brasil) S.A.	28.091.729,09	25.913.386,92	
	28.091.729,09	25.913.386,92	

8. Imobilizado:			
	Taxa	2022	2021
Imobilizado de Gestão Pública			
Beneficiárias em Imóveis	4%	10.047.950,45	9.731.301,81
Instalações	10%	115.649,00	104.799,00
Máquinas e Equipamentos	10%	3.575.578,73	4.077.485,73
Equipamentos de Uso Médico	10%	5.062.309,72	6.058.213,12
Aparelhos e Inst. de Uso Médico	10%	1.463.160,14	2.066.746,15
Equipamentos de Informática	20%	2.100.492,68	2.399.657,05
Móveis e Utensílios	20%	2.657.964,39	2.808.834,45
(-) Depreciação Acumulada		(14.067.734,96)	(16.208.416,36)
		10.955.370,15	11.038.620,95

Conforme preceituado no contrato de gestão e convênios firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal. **9. Intangível:**

	Taxa	2022	2021
Intangível de Gestão Pública			
Direito de Uso de Sistemas	20%	382.077,73	432.231,31
(-) Amortização Acumulada		(341.384,58)	(372.479,70)
		40.693,15	59.751,61

10. Obrigações Trabalhistas:			
	2022	2021	
Salários a Pagar	21.140.418,41	32.428.545,01	
Rescisões a Pagar	55.217,29	14.541,92	
Pensoes Alimentícias a Pagar	36.972,16	50.102,24	
	21.232.607,86	32.493.189,17	

11. Obrigações Sociais e Fiscais:			
	2022	2021	
INSS a Recolher	1.348.644,75	1.955.045,15	
FGTS a Recolher	3.760.897,39	3.723.766,49	
Contribuições Sindicais e Assist. a Recolher	38.223,46	41.970,59	
IRRF a Recolher	12.196.983,73	11.870.780,85	
CSFR a Recolher	258.383,46	385.447,71	
INSS Retido de PJ a Recolher	315.226,82	286.912,63	
ISS Retido na Fonte a Recolher	44.100,12	50.721,56	
	17.962.459,72	18.314.644,98	

12. Provisões para Contingências:			
	2022	2021	
Provisões para Contingências Tributárias	3.642,11	3.642,11	
Provisões para Contingências Trabalhistas	2.644.388,84	2.644.388,84	
	2.648.030,95	2.648.030,95	

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 9.433.238,74, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

Processos Com Perda Possível			
	2022	2021	
De natureza Trabalhista	9.428.238,74	5.000,00	
De natureza Cível	9.433.238,74		

13. Bens Públicos em nosso poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 10.996.063,30 em 2022 e R\$ 11.098.372,56 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal

Fundo Fixo			
	2022	2021	
Fundo Fixo de Caixa	1.000,00	1.000,00	
	1.000,00	1.000,00	

Banco - Conta Movimento			
	2022	2021	
Banco do Brasil S.A.	-	827,58	
Banco Santander (Brasil) S.A.	44,28	68.211,69	
Banco Bradesco S.A.	39,07	164,18	
	83,35	69.203,45	

Banco - Aplicações Financeiras			
	2022	2021	
Banco do Brasil S.A.	852.657,65	-	
Banco Santander (Brasil) S.A.	14.925.820,42	35.308.551,10	
Banco Bradesco S.A.	9.731.971,21	8.629.619,93	
	25.510.449,28	43.937.171,03	

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. Adiantamento a Empregados:			
	2022	2021	
Adiantamentos de Férias	3.701.497,65	4.899.268,72	
	3.701.497,65	4.899.268,72	

6. Créditos de Contratos de Gestão e Convênio:

	2022	2021
Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	-	16.878.254,32
Contrato de Gestão R006/2016 (Jd. Angela/Capão Redondo)	97.882.342,25	114.826.176,68
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulista)	-	14.187.391,28
(-) Provisão Para Devedores Duvidosos	(24.455.585,56)	(17.421.182,19)
	73.426.756,69	126.470.639,09

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura Municipal de São Paulo, o montante considerado como suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber.

7. Reserva para Contingências: Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **14. Receitas Operacionais Líquidas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

15. Receitas Com Contratos de Gestão e Convênios:	2022	2021
Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	-	113.705.293,41
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	564.072.769,30	547.565.509,00
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	-	144.951.918,97
	564.072.769,30	806.222.721,38

16. Receitas e Despesas Financeiras:	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.912.631,39	5.462.413,68
Descontos Obtidos	787,26	16.470,24
(-) Despesas Bancárias	(97.390,85)	(111.388,15)
(-) Juros e Mora Comerciais	(20.199,32)	(0,33)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(28.201,11)	(5.240,10)
	4.767.627,37	5.362.255,34

17. Custos Com Pessoal Próprio	2022	2021
Remunerações	394.737.512,58	539.170.692,65
Benefícios	38.247.666,61	46.973.126,61
Encargos Sociais	35.286.808,11	47.866.653,33
	468.271.987,30	634.010.472,59

18. Custos Com Medicamentos e Materiais de Consumo	2022	2021
Terceirizados:		
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	45.484.420,10	73.976.304,50
Serviços Diversos por Pessoas Jurídicas	42.157.902,09	-
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	298.453,51	1.102.506,86
	87.940.775,70	153.722.144,21

19. Custos Com Medicamentos e Materiais de Consumo	2022	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	4.694.941,01	8.712.638,47
Materiais de Consumo	2.327.641,81	1.917.214,62
Materiais de Conservação e Reparos	1.981.599,52	1.780.303,29
Outros Materiais e Insumos	744.456,82	698.579,26
	9.748.639,16	13.108.735,64

20. Despesas Gerais	2022	2021
Contas de Consumo	3.688.607,14	3.318.937,51
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	10.967.132,03	9.214.984,27
Administrativas	2.196.405,41	281.858,08
Bens Não Imobilizados	302.875,38	375.130,25
Reformas e Benefetórias	21.152,65	-
Outras Despesas Gerais	9.927.145,48	1.723.239,92
	27.103.318,09	14.914.150,03

21. Coberturas de Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **22. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **23. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023,

através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 108.432.532,70 (em 2021 de R\$ 142.054.701,58) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

	2022	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(108.372.841,98)	(141.935.587,45)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(59.690,72)	(119.114,13)
	(108.432.532,70)	(142.054.701,58)
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	108.372.841,98	141.935.587,45
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	59.690,72	119.114,13
	0,00	0,00

25. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal) Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **26. Déficit Do Exercício:** O Déficit do exercício de 2022 foi de R\$ 25.173.355,30 e em 2021 foi de R\$ 6.069.971,92.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.
DIRETORIA
 Dr. Mário Santoro Junior
 Gerente de Desenvolvimento Institucional
CONTADOR
 Alexandre Papi
 Contador CRC nº 1SP130223/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" – ORGANIZAÇÃO SOCIAL M'BOI MIRIM - PMSP, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 14 de abril de 2023.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
 CRC/SP 2SP - 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
 Contador
 CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1
 CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04